



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA
JOELMA ANDRADE SILVA DOS ANJOS**

**AS NUANCES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E O LUGAR DAS CUIDADORAS: UM ESTUDO DE CASO**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
JANEIRO DE 2016**

**CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA
JOELMA ANDRADE SILVA DOS ANJOS**

**AS NUANCES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E O LUGAR DAS CUIDADORAS: UM ESTUDO DE CASO**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado em forma de Plano de
Intervenção em cumprimento às
exigências para obtenção do título de
especialista no Curso de Especialização
em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente
Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático: Sistema de Garantias e
Efetivação dos Direitos Infanto-Juvenis**

**Professor/a Orietador/a: Adriane
Damascena**

**Professor/a Co-orientador/a: Denise Leal
Fontes Albano Leopoldo**

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
JANEIRO DE 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

SOUZA, Carolina R.A. de & ANJOS, Joelma A.S. dos, 2016

As nuances do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o lugar das cuidadoras: um estudo de caso. / Carolina Rodrigues Alves de Souza & Joelma Andrade Silva dos Anjos – São Cristóvão, 2016 - 52 fls.: 30 cm.

Orientadora: Adriane Damascena; Co-orientadora Denise Leal Fontes Albano Leopoldo.

Plano de Intervenção/ Monografia (Lato Sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação à Distância. Eixo Temático: Sistema de Garantias e Efetivação dos Direitos Infanto-Juvenis, 2016.

1.Acolhimento institucional; 2.Psicologia social; 3.Serviço social; I.Damascena, Adriane. II. As nuances do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o lugar das cuidadoras: um estudo de caso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção das docentes CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA e JOELMA ANDRADE SILVA DOS ANJOS, intitulado AS NUANCES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O LUGAR DAS CUIDADORAS: UM ESTUDO DE CASO, pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof^a. Msc. Anabela Maurício de Santana

Prof^a. Dra. Denise Leal Fontes Albano Leopoldo

Prof^a. Dra. Adriane Alvaro Damascena (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A vida é repleta de momentos, etapas ou ciclos, na nossa trajetória de vida nos deparamos com o outro que serve de espelho para nosso eu, que pode nos impulsionar a sermos melhores e assumir nossos lugares. O Deus que nos modela como servos e através das pessoas que são colocadas em nosso caminho, redescobrimos não somente o eu esquecido, mas os sonhos, as possibilidades de ir além. Meu agradecimento vai para Deus que me presenteou não somente com uma família linda, e amigos singulares com suas especificidades e encantos, mas agradeço a Deus pela parceira que ele colocou em minha vida, que visualizou em mim não somente as coisas boas, inocente, mas que passou a me amar como sou, e dessa parceria de trabalho, tornou-se amiga em quase todos os afazeres cotidiano nos últimos três anos, crescemos juntas como pessoa e profissionais, quero agradecer a Deus e pedi-lhe uma benção que ele realize o desejo mais secreto de Carolina Rodrigues, aquele segredo que só ela e Deus conhecem, pela linda pessoa que és, obrigada parceira por tudo, que possas alcançar seus objetivos e não desanimar porque Deus é contigo e te fortalecerá aonde quer que esteja. Sinceros agradecimentos também aos mestres em especial Adriane e a doutora Denise, aos tutores do curso, certamente tem nosso apressado, admiração e respeito.

Joelma Andrade Silva dos Anjos

O ensinamento que ouço desde criança e reverbera na minha vida é que a única coisa que não se perde nesse mundo é o conhecimento, e partindo desse pressuposto, tenho seguido a vida sedenta por conhecer, por aprender e por me desenvolver sempre. Títulos são apenas títulos, mas no cotidiano, no dia-a-dia de trabalho, há demandas permanentes, de saber, de fazer, e para atendê-las não há outra forma senão estudar, aprender mais e construir criativamente novas soluções para problemas raramente tão novos. Para fazê-lo, melhor que seja em parceria, com suporte, institucional e especialmente afetivo. Agradeço a Deus pela vida e pelos encontros: pelo apoio incondicional da família e pelos amores sempre fortificantes. Neste contexto, agradeço especialmente a Joelma, à minha parceira de luta, companheira de pesquisa e amiga para a vida pelo carinho, pela compreensão, pelos enfrentamentos conjuntos – mesmo quando havia conflitos e discordâncias – e pelo suporte nas decisões tomadas que nem sempre lhe favoreceram. A Adriane e a Denise, minha gratidão pelo suporte e pelas orientações. E a todos que têm passado pelo meu caminho e contribuído com o que sou hoje, meus profundos agradecimentos por mais uma jornada terminada com sucesso.

Carolina Rodrigues Alves de Souza

RESUMO

O trabalho que aqui se apresenta é resultado do desejo de duas técnicas sociais, uma psicóloga e uma assistente social, em efetivar os direitos de crianças e adolescentes em situação de medida de proteção, acolhidos institucionalmente sob a modalidade Casa Lar. Esta acaba de despontar no município de Aracaju-SE, sob um novo arranjo que articula profissionais e gestores da Prefeitura Municipal de Aracaju e da Organização Não Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil. Apresentado o campo e o que mobiliza o trabalho de pesquisa, bem como a proposta de intervenção que segue os achados, é preciso dizer que, neste empreendimento, tentamos compreender acerca das formas de cuidado oferecidas por esta modalidade, bem como os efeitos que elas propiciam às crianças e adolescentes acolhidos em termos de seu desenvolvimento psíquico e social, bem como identificar qual é o cuidado e o olhar que esta nova perspectiva de acolhimento consegue oferecer, quando desponta como alternativa aos abrigos institucionais, além de sua nova estrutura: o acolhimento é realizado em casas, sem a presença contínua de técnicos e com a existência de uma cuidadora intermitente assumindo um lugar de referência, de mãe, aos acolhidos, que são no máximo 9, no caso em questão. Tomamos como objeto de estudo as cuidadoras, também chamadas de “mães sociais” e a metodologia adotada, além da observação do cotidiano delas, foi a realização de entrevistas semi-estruturadas, que nos possibilitaram ouvir sobre o seu entendimento do serviço, do seu papel e do lugar relegado às crianças e adolescentes. Diante disso, foi realizado um diagnóstico a partir da análise de categorias-chave, como a do cuidado e a dos direitos, seguido pela apresentação de uma proposta de intervenção.

Palavras chave:

Medida de proteção, Cuidado, Direitos de Crianças e Adolescentes, Institucionalização

ABSTRACT

The work here presented is a result of two professionals' desire, a psychologist and a social worker, on turning effective the rights of children and adolescents on a State based protection, inserted on provisional homes under the modality "Casa Lar". That is a new experience in Aracaju-SE and it works under a new arrangement, which articulates workers and managers of Aracaju's City Hall Administration and from a Non Governmental Organization, called Aldeias Infantis SOS Brasil. As long as the field is presented, as well as when it's been introduced what mobilize the researchers to doing so, followed by the intervention project, is necessary to indicate that, on this research, we investigate the forms of care offered by this modality, also the effects they cause on the children's and adolescents' physical and psychological development, as well as identify what kind of care and attention can this new perspective offer, as an alternative of institutionalized shelters, beyond its new structure: the welcoming is made in houses, without the continuous presence of those technical professionals, with the existence of an intermittent caregiver taking up a place of reference, such as the place of the mother of those 9 children, on maximum, on the case in debate. We establish the caregivers of that institution, they are also called "social mothers", as objects of analysis, and we adopted a methodology which, besides the observation of their everyday work, applies semi-structured interviews, what gave us the possibility of listening about their comprehension on their jobs, about their role, and about the place reserved to the children and adolescents of whom they take care. From there, it's been made a diagnosis starting from key categories, such as care and rights, followed by the presentation of the intervention proposal.

Key words:

Protection measure, Care, Children's and Adolescents' Rights, Institutionalization

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social

PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju

PNAS – Plano Nacional da Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

SEIDH – Secretaria da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

SEMFAS – Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS	Erro! Indicador não definido.
SUMÁRIO.....	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1: ENTENDENDO O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	15
1.2: UM VISLUMBRE ACERCA DAS INSTITUIÇÕES TOTAIS.....	16
1.3: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	19
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO	22
2.1: APRESENTAÇÃO DO CAMPO E DAS PESSOAS PESQUISADAS.....	22
2.2: MÉTODO E MARCAS DIAGNÓSTICAS.....	25
2.3: ANALISANDO O CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS.....	29
2.4: AS CUIDADORAS: QUEM SÃO E QUE CUIDADO OFERECEM?.....	31
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO	37
3.1. APRESENTAÇÃO.....	37
3.2. JUSTIFICATIVA.....	39
3.3. PÚBLICO-ALVO.....	42
3.4. OBJETIVOS.....	42
3.5. METAS.....	43
3.6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS.....	43
3.7. AVALIAÇÃO.....	44
3.8. RECURSOS.....	45
3.9. CRONOGRAMA.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO 1.....	52

INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta parte da prática psicossocial das autoras, aqui concomitantemente pesquisadoras e técnicas (psicóloga e assistente social) da modalidade de acolhimento institucional “Casa Lar”. Envolvidas cotidianamente com questões referentes aos direitos socioassistenciais de crianças e adolescentes, partimos da observação prática – conforme se espera de um projeto de intervenção – a fim de elaborar um diagnóstico, identificando, desta forma, uma problemática que demande solução e planejando uma intervenção que possa qualificar o serviço e atender às necessidades das crianças e adolescentes, público alvo do trabalho desenvolvido na instituição em pauta.

O acolhimento institucional em Casas Lares, embora não seja algo recente, no mundo ou mesmo no Brasil, é ainda subutilizado dentre as opções existentes de acolhimento institucional (BRASIL, 2013), tais quais o abrigo institucional, principalmente, conquanto haja ainda outras alternativas como é o caso da república, da casa de passagem e da família acolhedora, conforme nos mostra a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

Em Aracaju, município onde atuam as profissionais que nesta pesquisa-projeto de intervenção se fazem investigadoras e interventoras, tal modalidade foi implantada ao final de 2014 e sua realização tem sido bastante singular, já que conta com um convênio celebrado entre duas instituições, uma delas pública (Prefeitura Municipal de Aracaju - PMA), onde o vínculo funcional de ambas se dá, e privada (Organização Não Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil), e está ainda em processo de construção.

Previsto no artigo 101, inciso VII do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.069 de 1990, mais conhecida por ECA, o acolhimento institucional é medida de proteção prevista para crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido ameaçados ou violados, conforme nos aponta ainda o artigo 98 do mesmo documento legal. Tal medida, por implicar em rompimento – ainda que provisório – com a família e com a comunidade de origem dos infantes, é entendida como medida de *ultima ratio*, ou seja, a ser buscada em último caso, quando tenham sido esgotadas todas as alternativas, previstas nos outros incisos do artigo supramencionado neste parágrafo.

Isto posto, carece apresentarmos a problemática mobilizadora desta investigação e ensejadora do projeto de intervenção que aqui se propõe. Ao tomarmos como temática o problema da institucionalização, queremos colocar em destaque a exigência que o ECA nos impõe quando, ao se contrapor aos Códigos que lhe antecederam (os Códigos de Menores de 1927 e 1979), determina que as crianças e adolescentes, até então tratados como objetos, submissos à vontade soberana dos adultos (ressalte-se aqui a figura do juiz-pai), passam a ser, com o advento do ECA, da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e da CF/88, compreendidos como sujeitos de direito, como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e cuja prioridade no cuidado e atendimento seja absoluta, princípios trazidos por estas normativas (aqui apontamos especialmente o ECA) cujo propósito primeiro e último é o de resguardar seus direitos.

Entendemos, conforme tais marcos normativos que o subsidiam, que o acolhimento institucional, enquanto medida legal e necessária, precisa garantir uma série de direitos, preservando, antes de qualquer coisa, a convivência familiar e comunitária dos acolhidos e tratando-os como sujeitos com direitos, inclusive sobre sua própria história e sobre as decisões a serem tomadas ao longo do processo que se inicia desde sua entrada no espaço de acolhimento, embora devam, por isso, ser respeitadas suas possibilidades de compreensão e valorizados seus sentimentos e desejos enquanto durar sua permanência.

O que vemos acontecer e lemos na literatura disponível, no entanto, não é isso: geralmente ainda se tomam as crianças e os adolescentes por objetos que, incapazes de tomar decisões importantes para o resto da sua vida, são alienados do processo – não apenas judicial, mas social e político – que diz respeito à sua história de vida.

A institucionalização, que se compreende não estar mais presente na estrutura física do espaço de acolhimento, ao transpormos o olhar desde os abrigos às casas lares, veremos que ela nem sempre está eliminada do olhar que os profissionais lançam às crianças, da forma de cuidado ofertado e da maneira que se pensa a construção daquelas subjetividades em desenvolvimento. Como nos apresenta magistralmente Goffman, a instituição não está restrita às paredes que encarceram, e nos diz, com extrema sensibilidade : “nosso status se apóia nas construções sólidas do mundo, enquanto nosso sentimento de identidade pessoal reside, frequentemente, em suas fendas” (GOFFMAN, 1961, pg. 259). As instituições totais, ainda segundo o mesmo autor, são umas mais “fechadas” que as outras; seu “fechamento” ou seu caráter total é *simbolizado* pela *barreira à relação social* com o

mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (GOFFMAN, 1961, pg. 16). Partimos dessa impressão em busca de um diagnóstico que confirme ou rejeite nossa hipótese de que ainda existam traços de institucionalização, ainda que estejamos diante de uma mudança de estrutura e de modalidade de atendimento, passando posteriormente a planejar um projeto que possa intervir no *status quo* e produzir alguma diferença neste cuidado.

Diante do que foi apresentado, indicamos como objetivo geral da pesquisa e, ulteriormente, da intervenção, a compreensão das formas de cuidado¹ oferecidas pela modalidade de acolhimento institucional Casa Lar e o diagnóstico do que elas propiciam às crianças e adolescentes em termos de suas demandas de desenvolvimento psicossocial. Especificamente, nossos objetivos são os de avaliar se há ainda um olhar institucionalizado e estigmatizador no cuidado oferecido às crianças e aos adolescentes das casas lares, identificar de que forma as cuidadoras responsáveis pela casa se relacionam com as crianças e adolescentes que vivem nela e, finalmente, caso a hipótese seja confirmada, propor uma intervenção que possa desinstitucionalizar o olhar e, assim, o cuidado ofertado.

Em uníssono, os atores sociais envolvidos com as problemáticas da criança e do adolescente, especialmente aqueles inseridos no acolhimento institucional, desejariam que fosse possível erradicar a violência e a negligência contra a criança e o adolescente, deixando de existir tal estrutura de atendimento que justifica os abrigos e as casas lares, mas infelizmente sabemos que, diante da atual conjuntura social e política do Brasil, estamos ainda longe desta realidade.

Compreendemos, destarte, ser evidente a relevância social e, portanto, também acadêmica, de um estudo e de uma proposta de intervenção que possa contribuir para que o cuidado a essas crianças e adolescentes possa ser qualificado, garantindo que o rompimento que se lhes impõe ao serem retirados do seio familiar possa se justificar em prol do seu melhor desenvolvimento social e psíquico. Não nos furtamos ao fato de que os rompimentos também ocorrem em ambiente institucional, tanto quanto na rede que assiste e acompanha esta criança ou adolescente, como é o caso da escola, lugar de referência de

¹ Apesar de termos apontado o “cuidado” como um dos nossos eixos de análise, vale ressaltar que ele não está sendo usado aqui como uma ferramenta conceitual, num sentido acadêmico que nos exija uma apresentação etimológica e/ou epistemológica dele, mas como efeito significante da proposta do serviço de acolhimento, já que a palavra “acolher”, implica no “ato de atender, receber, tomar em consideração, em atenção, agasalhar” (Dicionário Aurélio, 1998), ou seja, de prestar algum tipo de cuidado. Compreendemos que num contexto institucional, tão objetiva e sintética apresentação semântica não apreenda a totalidade dos sentidos possíveis do termo, e nos esforçaremos para desdobrar os sentidos que ele ganha cotidianamente.

educação formal e de exemplos que vislumbram seus projetos de vida pessoal e profissional. Estes rompimentos certamente repercutem em seu desenvolvimento social, na autoestima, na confiabilidade e na maneira de perceber o outro.

Lançando o olhar para as crianças e adolescentes que vivem o acolhimento institucional, apontamos a problemática daquelas que retornam ao lar de origem após longo período de ruptura: estas podem não se encaixar de imediato, visto que passam anos afastados do convívio familiar, acarretando em perdas de momentos e vivências com seus referenciais de família. Em contrapartida, assim como a criança ou adolescente perdem esses momentos, a família também vive tal perda; as ausências, sejam elas por motivos diversos e principalmente pela situação que é imprimida quando os seus filhos estão em medida protetiva, trazem um corte nas relações, abalam vínculos e, destarte, as relações afetivas. Na obra *Privação e Delinquência* encontramos que

a unidade familiar é mais do que uma questão de conforto e conveniência. De fato, a unidade familiar proporciona uma segurança indispensável à criança pequena. A ausência dessa segurança terá efeitos sobre seu desenvolvimento emocional e acarretará danos à personalidade e ao caráter (WINNICOTT, 2004, pág. 18).

Se o afastamento do convívio familiar, traz sérias consequências ao desenvolvimento infanto juvenil, de que forma o trabalho com estes pode garantir a estabilidade, segurança e cuidados necessários?

Buscando avaliar as nuances que perpassam pela medida protetiva, tendo como objeto de estudo as novas referências de cuidado que são desempenhadas pela cuidadoras residentes, as pesquisadoras utilizarão roteiro de entrevista com questões que a fazem refletir sobre seu lugar enquanto “mãe social²” de crianças ou adolescentes cujo poder familiar pode já ter sido destituído, como elas se percebem dentro dessa relação de cuidado e como elas compreendem o desenvolvimento do seu trabalho, levantando assim o diagnóstico a partir do qual vislumbraremos a intervenção. As bases para fundamentação teórica perpassará pelos autores Erving Goffman, D.W.Winnicott, Jane Valette, Philippe Ariès, assim como as normativas da política nacional de assistência social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a lei 12.010/2009 (que altera e adita novos dispositivos

² No cotidiano do trabalho, elas são chamadas de “mães”, e mais especificamente, de “mães sociais”, havendo sob esta nomenclatura uma legislação que subsidia seu trabalho e que garante seus direitos, qual seja a Lei 7.44 de 18 de dezembro de 1987.

ao ECA), bem como serão consideradas as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional, desdobramento do Sistema Único de Assistência Social (também com aditamento, dessa vez da Lei 12.435/2011).

Pretendemos, portanto, verificar a efetivação dos direitos infanto juvenis, na modalidade apresentada através do trabalho das cuidadoras: garantir e efetivar direitos requer um olhar singular para cada situação e para cada caso, contudo nem sempre o que está posto como normativa é concretizado; muitas vezes sequer é respeitada a prioridade absoluta de crianças e adolescentes, visto que na maioria das vezes suas vidas são direcionadas por adultos que pouco ou nada sabem sobre o que seja ser protagonista, ou cujo saber encontra-se limitado nesse sentido, impossibilitando o empoderamento e autonomia daqueles que deveriam orientar e desenvolver.

O fazer pode tornar-se simplista ou rotineiro, possibilitando o erro que repercute na imagem e na identificação do serviço, e, mais importante, causando danos na subjetividade de crianças e jovens, provocando conflitos sobre seu lugar de pertencimento, dentre outras questões. Se trouxermos essa suposição para a realidade de crianças e adolescentes acolhidos em medida protetiva, pode-se constatar, conforme afirma Goffman, que o “estabelecimento social pode ser considerado um lugar onde sistematicamente surgem suposições a respeito do eu...” (GOFFMAN, 1961, pág. 158) e se assim o é, torna-se urgente uma intervenção no cuidado e no olhar que é prestado e lançado cotidianamente às crianças e adolescentes que adentram ao serviço.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Entendendo o acolhimento institucional

O acolhimento institucional é medida de proteção, de caráter provisório e excepcional para acolhimento de crianças e adolescentes que sejam vítimas ou estejam sofrendo algum tipo de ameaça de violência em suas casas e/ou comunidades, colocando-lhes em situação de risco pessoal e social (ECA, 1990, Capítulo II). O texto legal é claro quanto ao objetivo da medida de proteção, tanto quanto a respeito do objeto dela, que são as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

O que o texto legal não deixa tão explícito são os procedimentos a serem seguidos, o fazer cotidiano desses espaços de acolhida. Além de prever os direitos a serem garantidos, o Estatuto (ECA) também aponta um viés político que, embora não seja explicitado em seu texto, não impõe dificuldades em se mostrar a quem queira vê-lo: devemos lembrar, afinal, que esta lei foi a resposta de uma sociedade em vias de redemocratização a soluções elas mesmas violadoras de direitos fundamentais das crianças e adolescentes, propostas nos Códigos de Menores anteriores, datados de 1927 e 1974 (este último promulgado em meio ao governo militarizado e autoritário no Brasil).

O que se via, então, eram práticas desqualificadoras da criança e do adolescente de seu lugar de sujeito, ou, em uma abordagem mais simples, basta dizer que era comum que eles não tivessem qualquer poder de decisão sobre si ou sua história. Destarte, eram-lhes negados os direitos à sua história de vida pregressa e à construção de sua história futura. Enquanto ficava a primeira relegada ao esquecimento, já que aquelas crianças e adolescentes em situação irregular aparentemente não possuíam valor social (BULCÃO, 2006) e a segunda nas mãos de uma comissão de adultos que supostamente sabia o que era melhor para eles (DONZELOT, 1986), justificando assim quaisquer decisões tomadas em nome do Bem-Estar do Menor, até mesmo aquelas que acabavam por lhes negar direitos fundamentais, como o direito à liberdade e à convivência familiar.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto de lutas sociais em prol da garantia de direitos de crianças e adolescentes, não ocorreu isoladamente, no entanto. Somou-se, à época, a uma série de lutas caras à nação brasileira, inclusive aquela que cobrava a redemocratização do Estado. Para além dessa contextualização histórica, é

preciso lembrar que a promulgação do ECA, como ficou “apelidada” a lei, encontrou subsídio em processos legislativos internacionais e em convenções das quais o Brasil não apenas fez parte, mas assinou e se comprometeu a cumprir. Registre-se, ainda, que a na concepção da proteção integral, no entanto, já havia sido garantida em nossa Carta Magna, apresentada aos brasileiros em 1988.

Dito isto, fica fácil vislumbrar o lugar político deste Código, o que traz no seu bojo, sua preocupação em indicar um “como fazer”, e apontar proibições que, sem o devido contexto e interpretação hermenêutica, seria de impossível compreensão. A título de exemplo, indicamos o artigo 23 que nos diz que “ falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”, como um claro contraponto a uma prática recorrente nos anos anteriores – aqueles aos quais nos referimos anteriormente, quando contávamos com as FEBEM’s (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor), em que a compreensão de uma criança como vivendo em situação irregular era facilmente justificada pela situação de pobreza da família, justificando ainda o rompimento de seus vínculos e apagando radicalmente a história do infante.

Com isso queremos indicar que há um passado que queremos, a todo custo, extirpar mas que acaba retornando e se repetindo, afinal, a história não se apaga tão facilmente e os valores sociais, embora tendam a se transformar permanentemente, trazem consigo um rastro (talvez possamos falar, nesse contexto, de um lastro) daquilo que já foram. Esse esforço tem como marco principal no Brasil a promulgação desse Estatuto, seguindo a nossa Constituição. Tomando como referência temporal esses marcos históricos e a compreensão de como a história de um povo constrói seus modos de ser e viver, introduzimos aqui o problema da institucionalização, herdado da Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e das suas regionalizadas e mais famosas Febem’s.

1.2. Um vislumbre acerca das instituições totais

Goffman (1961) decreve as instituições totais, indicando que são criadas para cuidar de pessoas, a exemplo de casas para cegos, velhos, orfãos e indigentes, ou melhor, são aquelas instituições que cuidariam de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si

mesmas e que representariam (algumas delas) ameaças à comunidade, ainda que de maneira não intencional, a exemplos dos sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Acrescenta que as organizações se estruturam para proteger a comunidade contra os perigos intencionais de terceiros, mantendo assim o bem estar da comunidade, estando estes afastados da sociedade (cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração). São, ainda, as instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificaria apenas através de tais fundamentos instrumentais (quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões). Finalmente, instituições totais são também aqueles estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para religiosos (mosteiros, conventos, etc.). (GOFFMAN, 1961, pág. 17).

O que chama a atenção ao considerar Goffman para o contexto da prática de trabalho é quando em sua obra ele coloca as especificidades e subjetividades de cada tipo de instituição total, destacando que estas são um “híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal, aí reside seu especial interesse sociológico”, e acrescenta: “são as estufas para mudar pessoas; cada uma é experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”, (GOFFMAN, 1961, pág.19). Esta definição é levada ao seu extremo quando pensamos no serviço que está em questão nessa pesquisa. A modalidade onde se encontram as cuidadoras investigadas aqui (bem como as próprias pesquisadoras) faz parte de uma parceria público-privada³ entre o poder público, aqui representado pela Prefeitura Municipal de Aracaju – instituição que emprega as pesquisadoras – e a Organização Não Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil, assim como diz respeito a uma instituição que funciona em um espaço residencial e que cobra de seus profissionais o estabelecimento de uma dinâmica segundo um lar.

Neste contexto, não apenas a Casa Lar tem o caráter híbrido, conforme Goffman aponta acontecer nas instituições totais, já que aquela é ao mesmo tempo casa e instituição, ao mesmo tempo lar e serviço de assistência social, como também tratamos aqui de um

³ “As parcerias público-privadas consistem em um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro para realizar investimentos em infraestrutura. Por intermédio de uma PPP, a União, os Estados ou os Municípios podem selecionar e contratar empresas privadas que ficarão responsáveis pela prestação de serviços de interesse público por prazo determinado. (...) as PPPs permitem que o Estado descentralize a realização dos investimentos em infraestrutura para empresas privadas (“concessionárias”).” Texto retirado do site: <http://pppbrasil.com.br/portal/content/ppp-parceria-p%C3%BAblico-privada> (acesso em 20/10/2015).

serviço que conta com uma equipe também ela híbrida, tornando seu trabalho peculiar. Tomadas em seu poder de modificação e mesmo anulação das pessoas (do seu eu), ao tomá-las dentro de um grupo homogêneo ou que se homogeneíza sob o seu olhar (podemos falar aqui de cuidado?), é que pretendemos colocar em questão a institucionalização enquanto efeito que está associado aos abrigos institucionais e cujo trabalho da Casa Lar enquanto nova modalidade de acolhimento supostamente vem a eliminar.

Com isso, devemos estar atentos, na produção de diagnóstico e da intervenção, com as nuances advindas dessa configuração institucional (seja das complexidades advindas da estrutura acima descrita, seja devido ao envolvimento profissional, pessoal e afetivo das pesquisadoras no campo investigado). Conquanto nosso maior desafio seja ainda o de proporcionar um espaço que garanta os direitos integrais de crianças e adolescentes, rompendo com a revitimização, estigmas e fazendo com que as crianças e adolescentes se sintam de fato moradores, parte do lugar onde moram, desafio esse que também está no bojo do enfrentamento produzido no trabalho que aqui se apresenta.

Na introdução da obra “Privação e delinquência”, Winnicott afirma que

Hoje, como sempre, a questão prática é como manter um ambiente que seja suficientemente humano, e suficientemente forte, para conter os que prestam assistência e os destituídos e delinquentes, que necessitam desesperadamente de cuidado e pertencimento, mas fazem o possível para destruí-los quando os encontram. (WINNICOTT, 2004, p.16)

De pronto vislumbramos uma dificuldade dentre as cuidadoras sociais que devem, no cotidiano de seu trabalho, ressignificar vidas e valores de crianças e adolescentes que testam o gostar, que parecem não acreditar em seu valor, não se percebem como agentes de mudanças. A questão que será preciso responder nesse trabalho, no entanto, é a de se elas mesmas, as cuidadoras, compreendem seu trabalho, acreditam no seu potencial e naquele das crianças, adolescentes e jovens sob seu cuidado.

1.3. A institucionalização de crianças e adolescentes

Conseguimos compreender, pelo que foi posto até o momento, que institucionalizar não se limita a manter pessoas (sejam elas crianças, adolescentes, loucos ou criminosos) dentro de muros, alienando-os da vida exterior, mas se trata ainda do olhar que se lança, consequência inevitável desse alheamento – e que se permite lançar – sobre esse mundo.

Quando tratamos de crianças e adolescentes em situação de medida protetiva, entendemos que estão se desenvolvendo enquanto permanecem ali, ainda que provisoriamente, e se constituindo subjetivamente. O sujeito humano nunca deixa de se desenvolver ao longo de sua vida, do nascimento à velhice, é certo, mas a psicologia do desenvolvimento compreende hoje que há idades, localizadas na infância e na adolescência, que são ótimas para o desenvolvimento, ou melhor, são cruciais para o desenvolvimento psicológico, social e sexual das crianças e adolescentes (cf. FREUD, 1996, PIAGET, 1967, BOWLBY, 1989, dentre outros). Da mesma forma, para além do desenvolvimento subjetivo deles, é preciso pensar em sua educação: a característica peculiar do ser humano é sua dependência das figuras de cuidado, geralmente pai e mãe, ou, segundo Freud, seu desamparo inicial.

Bowlby (1989) em sua pesquisa com crianças institucionalizadas identificou uma carência que inevitavelmente aparece no desenvolvimento de crianças separadas de suas famílias em tenra idade e enfatiza sobre a importância do afeto para o desenvolvimento de bebês (BOWLBY, 1989). É tema de preocupação e cautela dentre os profissionais que assistem a essas crianças, a forma de cuidado recebida por elas, bem como a quantidade e a qualidade de afeto recebida por elas, levando sempre em consideração suas expectativas, sua compreensão acerca dos rompimentos sofridos e de sua história.

Ao falar sobre a prática do cuidado, Figueiredo (2009) aponta que o cuidar está atrelado aos cuidados recebidos pelo cuidador e ao saber se deixar cuidar, que já é um efeito disso. Ao tratar do seu caráter lúdico, ele aponta para o poder de sublimação, de dar inteligibilidade e sentido à vida e às relações. Sua tese é a de que a tarefa de cuidar deve encontrar um equilíbrio entre implicação (agir em prol de) e reserva (deixar ser, abrir mão de sua onipotência e dominação), criando, assim, um espaço potencial. O problema apontado pelo autor e do qual nos apropriaremos aqui é o de que talvez vivamos uma crise de cuidadores; com isso ele indica que cada vez menos pessoas se sentem aptas à prática de

cuidados – no sentido apontado linhas acima – e o fazem de forma mecânica e estereotipada, produzindo uma demanda por especialistas (que no caso, podem remeter às funções da psicologia e do serviço social) que, seguindo prescrições, não se tornam desta forma habilitados nesta prática (FIGUEIREDO, 2009).

Um educador que viveu sua infância e adolescência em FEBEM, Roberto da Silva, conta sua história de institucionalização na dissertação de mestrado em educação. Apresenta, na contextualização do seu texto acadêmico, que além do período de acolhimento, viveu, enquanto adulto, boa parte dos seus anos detido em penitenciárias, onde aprendeu a ler e escrever autodidaticamente com o propósito, que nunca abandonou e que o fez enfrentar graduação e pós-graduação, de reconstituir sua história perdida, abandonada violentamente ao ostracismo desde sua primeira internação, ainda criança. Como ele mesmo indica em seu livro, fruto da pesquisa de mestrado cujo objetivo ulterior foi o de descobrir sobre sua história de vida e sobre o paradeiro dos irmãos de quem foi afastado, ele foi muito cedo institucionalizado e por muito tempo se tornou um sujeito institucionalizado. No seu texto, desenvolve o conceito de “desejo de institucionalização” que aponta ao leitor uma espécie de ímpeto que sentiu – e que afirma ser comum àqueles que foram institucionalizados – ao longo de suas tentativas de viver no “mundo real”, em retornar à instituição, único lugar em que foi ensinado a viver, lugar este que não lhe dava garantias ou confortos, mas que também não lhe ajudou a compreender a vida no mundo extra-muros, que não lhe educou para a cidadania ou para a autonomia, não lhe educou a como viver no mundo “desinstitucional”. (SILVA, 1998)

Fora da FEBEM, e posteriormente das penitenciárias, onde esteve institucionalizado por diversos outros anos de sua existência, não sabia viver, e de alguma forma acabava sempre provocando seu retorno à instituição. O caso dele, no entanto, acabou sendo uma exceção, porque apesar disso, seu desejo de conhecer sua história e a descoberta de que fora separado de irmãos de quem sequer se lembrava quando criança em tenra idade o motivou a aprender, sozinho, a ler e escrever, a pesquisar e a mostrar ao mundo sua história (SILVA, 1998). Quantos, no entanto, permanecem anônimos e presos nesse “looping institucional” de estar na rua e inconscientemente querer voltar para a instituição? O que nos perguntamos e para cuja pergunta desejamos obter resposta positiva é: será possível romper esse ciclo vicioso?

Szaz (1994), por sua vez, nos aponta que há categorias que historicamente carregam o valor da dependência, e dentre eles estão as crianças (os adolescentes são aqui chamados de crianças, entrando nesta categoria), bem como os idosos, os loucos e os pobres (SZASZ, 1994). Tomar a criança como dependente e carente de cuidado enquanto valor absoluto é-lhes mais prejudicial do que se pode imaginar, pois é capaz de justificar decisões atrozés a seu respeito em nome do cuidado ou do seu bem superior, este compreendido por aquele que detém o poder, seja aqui o “juiz-pai” do Código de Menores ou mesmo o juiz “garantidor de direitos” previsto pelo ECA, cujas decisões são tomadas com base em avaliações técnicas que, a depender do uso que queiram fazer desse valor, são produzidas em nome do Bem da criança, sem nem sequer consultá-la.

O “desejo de institucionalização” produzido nas crianças cuja vida se prolonga sem serem educadas para querer e decidir, arrisca aparecer no cotidiano do acolhimento institucional como uma demanda de cuidado, uma demanda daquele cuidado para o qual SZASZ (1994) nos alerta, e pode acabar atendendo, finalmente, a uma demanda que é a dos adultos, esta que trata da sua necessidade de cuidar, de fazer um Bem que parte do sujeito cuidador, desconsiderando as necessidades do sujeito cuidado, este novamente tomado como objeto, sem que sequer se perceba.

A modalidade de acolhimento institucional da qual ora tratamos, a Casa Lar, vislumbra a aproximação do modelo de família para o contexto de crianças e adolescentes em medida protetiva, tendo em vista que o afastamento do convívio familiar e comunitário provoca danos imensuráveis. Porém, é preciso muita cautela para que esse novo lar não reproduza violações equivalentes àquelas das quais se responsabilizam em preservar. É preciso atenção e prudência para que não se torne um lugar de frustração das expectativas de amor e cuidado, do que seja família para as crianças, pois se nesse lar elas encontrarem agentes violadores, produtores de conflitos e instabilidades, principalmente no tocante à referência, à figura de autoridade e orientação, o processo de revitimização as exporá a novos sentimentos de vulnerabilidade emocional e afetiva, dando vasão a risco social e pessoal, motivo pelo qual foram afastadas da família de origem.

Como fica claro na indicação que acabamos de fazer, o ciclo vicioso da instituição total não se resume na imobilização do desenvolvimento infanto-juvenil, mas incorre ainda nos possíveis efeitos que apresentam quanto à sua construção subjetiva, na sua construção de si mesmo: ao colocar em teste todas as figuras que lhe aparecem com a proposta de

acolhida e respeito, e ao falharem no teste esses cuidadores, despontando como novos violadores, o que há é apenas revitimização e confirmação do sentimento pessoal dentre aquelas crianças de que não são elas dignas de serem amadas e respeitadas, fortalecendo assim um estigma, uma marca poderosa que, se não for rompida, os inserirá em novo ciclo vicioso (GOFFMAN, 2004).

Quando a criança que se encontra privada desta convivência “constata que o quadro de referência de sua vida se desfez, ela deixa de se sentir livre. Torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar um outro quadro de referência fora da casa” (WINNICOTT, 2004, pg. 130). Verificamos quão desafiador é o papel da cuidadora como o de ser pessoa de referência, confiança e ainda não esquecer que é funcionária, que deve dar afeto, mas que não pode desconsiderar ou desqualificar o lugar dos pais da criança ou jovem, assim como deve também respeitar sua história de vida e ressignificá-la, não passando valores morais e pessoais para sua história de vida ou de condição familiar.

É a partir desse ponto que precisamos conhecer essas pessoas, empreender um diagnóstico (ainda que num trabalho acadêmico ele sempre seja um recorte) e produzir uma intervenção que substitua o ciclo vicioso por um ciclo virtuoso.

CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO

2.1. Apresentação do campo e das pessoas pesquisadas

No trabalho aqui apresentado, falamos da modalidade de acolhimento institucional “Casa Lar”, já apresentada brevemente acima. Diante da lógica institucionalizadora dos grandes abrigos, a Casa Lar surge com uma qualidade salvacionista, ou seja, passam a ser investidas nela as expectativas de que possa promover, finalmente, um novo e qualificado tipo de cuidado. Os atores envolvidos com a problemática, desde as equipes técnicas à rede socioassistencial e ao sistema de garantias de direito, passam a acreditar, então, que a

proposta e a estruturação do acolhimento em um espaço doméstico, com uma figura de referência assumindo o lugar simbólico de “mãe” e assim se tornando uma referência social e afetiva para as crianças e adolescentes, garantiriam um rompimento e uma espécie de revolução nos modos de operação da política e dos serviços até então.

O dia-a-dia do trabalho mostra que as coisas não são tão simples, que a forma de cuidado e de olhar lançado às crianças não mudam automaticamente devido à mudança de estrutura física e mesmo de uma perspectiva prática que segue tal estrutura, sem colocar na conta os vieses históricos e afetivos que sempre compõem a dimensão de tais vivências.

Cotidianamente o serviço aponta que produzir autonomia e empoderamento para além dos limites institucionais, seja a partir do abrigo institucional, seja a partir da Casa Lar, implica em trabalho árduo não apenas com seus pequenos moradores, mas especialmente com aqueles moradores intermitentes cujo papel é o de cuidar e referenciar as crianças e adolescentes e que, por sua vez, também demandam cuidado e um olhar mais dedicado.

Winnicott (2000) nos diz que:

(...) quando esses seres humanos são crianças, crianças que carecem de um ambiente especificamente adaptado às suas necessidades individuais, a pessoa que tem preferência por seguir um plano rígido não é adequada à tarefa. Qualquer plano amplo que envolve cuidados para com crianças privadas de uma vida familiar adequada deve, por conseguinte, permitir e facilitar ao máximo a adaptação local, e atrair pessoas de mente aberta para trabalhar nele (WINNICOTT, 2004, p.61)

Ressalte-se, aqui, que este não é ainda o diagnóstico, mas tão somente um primeiro vislumbre das pesquisadoras que tomam seu contexto laboral como campo de investigação; não é ainda uma indicação dos problemas encontrados, mas apenas uma série de impressões que motivam que se tome tal espaço para alvo de uma pesquisa sistemática.

Diante de tais impressões iniciais, resolvemos aplicar uma entrevista, cujo roteiro (Anexo 1), semi-estruturado, contém apenas indicações do direcionamento a ser tomado nas questões a serem postas às profissionais, deixando-as mais à vontade para percorrer suas histórias de vida pessoais, para se colocar enquanto sujeitos, com sentimentos e opiniões que se dirigem ao campo que ocupam.

É digno de nota, entretanto, que enquanto servidoras municipais que executam tal serviço, enquanto corpo técnico e colegas de trabalho das pessoas pesquisadas, seria impossível não tomar como pano de fundo para a interpretação dos dados a nossa vivência cotidiana, seja em termos do entendimento acerca do andamento do serviço Casa-Lar (foi isso que ensejou nossa hipótese inicial e que estamos verificando se se confirma), seja quanto à observação e avaliação do cuidado prestado por essas mulheres e dos efeitos consequentes deste no cotidiano das casas. Neste ponto, é imprescindível ressaltar que não estamos alheias ao nosso envolvimento afetivo na pesquisa – a ciência moderna e contemporânea já não acredita mais numa suposta neutralidade (cf. SANTOS, 2005) – mas preferimos colocá-lo em termos de implicação, significando assim que temos um compromisso com a matéria, que estamos cientes das dificuldades que possam advir dessa aproximação do campo e que ainda assim tentamos não nos deixar levar por opiniões pressupostas. Assim, citamos a advertência de Barrus-Michel *et.al* em seu Dicionário de Psicossociologia, esta permeada de citações tomadas de Devereux, em seu livro de 1980, “De l’angoisse à la méthode dans le sciences du comportement”:

Quanto às “perturbações” ligadas a esta subjectividade, só se tornam “a fonte de erros incontrolados ou incontroláveis” quando são “negligenciadas ou ornamentadas de modo definitivo pelas resistências da contratransferência maquiadas de metodologia”. Seria portanto o não levar em conta e analisar as angústias do pesquisador que o conduziria a processos metodológicos errôneos ou defensivos. Grave erro, segundo ele [Devereux], pois quando as inevitáveis perturbações ligadas à subjectividade são, pelo contrário, “são consideradas como dados fundamentais e características das ciências do comportamento”, são “mais válidas e mais capazes de produzir tomadas de consciência (insights) do que qualquer outro tipo de dados”. (BARRUS-MICHEL ET.AL., 2005, p. 282)

Isto posto, podemos dar continuidade à nossa apresentação e interpretação dos dados, certas da atenção do leitor para tais questões levantadas, e seguimos apresentando a metodologia adotada e podemos indicar que a partir, então, da aplicação de roteiros de entrevista, as pesquisadoras puderam vislumbrar questões segundo categorias encontradas nas falas das entrevistadas. Elas são: os direitos das crianças e adolescentes, os sentidos de amor/carinho/acolhida bem como de cuidado/suporte/apoio e todos eles apontam algumas direções que pode tomar o trabalho desenvolvido pela “mãe social”, a cuidadora residente, e sua visão a respeito do que seja criança, cuidados, rede de apoio etc.

Goffman defende, sobre aquele que vive numa instituição total (e aqui acreditamos que podemos falar tanto das crianças e adolescentes quanto das cuidadoras) que “a interpretação sociológica mais simples do indivíduo e do seu eu é que ele é, para si mesmo, aquilo que seu lugar numa organização o define que seja” (GOFFMAN, 1961, pg.258). Daí, nos perguntamos então como essas mulheres se vêem, elas que abdicam de seus dias, da sua convivência familiar para dedicar-se aos cuidados de crianças e adolescentes em medida protetiva, tendo direito apenas a um breve descanso de dois ou três dias na semana, sendo sua carga horário intermitente, trabalhando de 5 a 7 dias por semana. Além de serem elas também moradoras da casa, são as grandes responsáveis por essa casa, pela organização da dinâmica e pelo cuidado de 7 a 9 crianças e/ou adolescentes.

Foram entrevistadas cinco (5) cuidadoras de um total, no serviço abordado, de sete (7) delas. Dentre as três (3) cuidadoras residentes (as chamadas de fato de “mães”) foram entrevistadas duas (2), e das três (3) cuidadoras substitutas foram entrevistadas duas (2). Foi entrevistada, ainda, a cuidadora formadora, aquela que detém maior experiência e encontra-se na função de dar suporte aos novos serviços, através das orientações às novas mães sociais. Elas possuem idades entre 29 e 49 anos. Quanto ao nível de escolaridade, uma (1) tem nível superior completo, duas (2) tem nível superior incompleto (uma dessas possui curso técnico) e as outras duas (2) têm ensino médio completo.

2.2. Método e Marcas diagnósticas

Analisando a definição do seja cuidado, criança, rede de atendimento e de como se processa o trabalho dentro de uma casa lar sob a perspectiva das cuidadoras, as pesquisadoras podem constatar o uso de alguns conceitos, que embora construídos social e culturalmente, aqui têm origem na subjetividade das pesquisadas, falando sobre sua história de vida⁴ e sobre suas implicações subjetivas.

⁴ A concepção etimológica de “história” remete a processo, a dizer, ao sentido que está sempre se formulando e que não pode ser desvinculado de outros conceitos, como o de implicação daquele que realiza a pesquisa e de intencionalidade institucional dos usos da história, cobrando de quem a utiliza (das pesquisadoras, neste caso) um esforço constante de explicitação destes lugares. (BARUS-MICHEL ET.AL., 2005)

O grau de instrução e experiência de vida e profissional traz rebatimentos para o direcionamento da condução do trabalho da cuidadora residente. Suas histórias de vida produzem deslocamentos e limitações que se apresentam no cotidiano de trabalho e diante das demandas dos assistidos, exigindo delas constante reflexão quanto às suas atitudes e direcionamento profissional, assim como de seu lugar provisório de “mãe afetiva”.

Estas profissionais passaram por capacitação prévia, através da instituição, sua empregadora, que se apresenta enquanto possuindo um *know how* internacional sobre o que seja trabalho com crianças e adolescentes em medida protetiva. A ONG possui monitoramento semanal, voltado para orientar e direcionar o trabalho da cuidadora, a partir do planejamento estruturado e mediador da profissional que leva a nomenclatura de Assistente de Desenvolvimento Familiar e Comunitário (ADFC), personagem de nível superior com formação em serviço social, ela faz a ponte entre as cuidadoras e equipes técnicas que referenciam a casa lar⁵.

Verificamos na literatura de Winnicott, no contexto da 2ª Guerra Mundial, quando ele constrói uma terapêutica voltada a crianças que sofrem rupturas com suas famílias de origem, uma figura que se assemelha e que faz o papel de um mediador das problemáticas que surgem do trabalho cotidiano:

(...) para assegurar a possibilidade de proporcionar cuidados individuais às crianças, o alojamento deve contar com um quadro adequado de pessoal, e os supervisores devem ser capazes de suportar a tensão emocional envolvida em cuidar de qualquer criança, mas especialmente de crianças cujos próprios lares não conseguiram suportar tal tensão. Por isso, os supervisores de alojamentos necessitam do apoio constante do psiquiatra e da assistente social psiquiátrica” (WINNICOTT, 2004, pág. 82-83).

Vislumbrando as possibilidades que se apresentam nas respostas do roteiro de entrevista, estamos de acordo com o autor quando ele afirma:

(...) achamos que a natureza do treinamento e da experiência anteriores tem menos importância do que a capacidade para assimilar experiência e por lidar de modo autêntico e espontâneo com os acontecimentos e as relações. Esse aspecto é extremamente importante, pois somente aqueles

⁵ Informações coletadas em Documento disponibilizado às equipes técnicas das Casas Lares de Aracaju-SE, este produzido pelo Escritório Nacional das Aldeias Infantis SOS Brasil em novembro de 2008 e que prevê a descrição de cargos ocupados na organização.

que são suficientemente confiantes para serem eles mesmos, e para agirem de um modo natural, podem atuar coerentemente todos os dias (Winnicott, 2004, pág.76)

Em nosso contexto institucional, o profissional de assistência e desenvolvimento familiar e comunitário – ADFC – é responsável pelo suporte técnico familiar, ou seja, pelo suporte dado às cuidadoras residentes para que a casa lar cumpra com os *standards* (pré-definidos pela organização) de proteção, garantia, efetivação dos direitos integrais das crianças e adolescentes. Ela faz também a ponte, a ligação, entre as cuidadoras e a equipe técnica. É para este profissional que a cuidadora residente fará o primeiro repasse de informações e apresentará as demandas da casa e das crianças, sempre que estas emergirem, cujo conteúdo será repassado a posteriori para as equipes técnicas que referenciam o acompanhamento de cada criança e adolescente acolhidos. A partir disso, pode ser realizada avaliação do caso, vislumbrando possibilidades de intervenção, contando sempre com a participação da cuidadora.

Para se desenvolver um bom trabalho com as crianças e adolescentes, os profissionais que cuidam deles precisam ser conhecedores dos direitos infanto-juvenis e compreender minimamente deste universo, bem como é importante ainda que estes “gostem sinceramente de criança, pois só isso os fará superar os inevitáveis altos e baixos da vida de um alojamento” (WINNICOTT, 2004, pg. 76).

Por se tratar de um trabalho que exige muito das profissionais e que demanda a abdicação de momentos de lazer com seus familiares, já que suas atribuições enquanto cuidadoras requerem assuidade, assertividade, implicação, comprometimento e dedicação exclusiva de 05 a 07 dias por semana, a ADFC monitora a qualidade e rendimento deste profissional na casa e nas suas relações. Essa profissional, que não está em análise enquanto objeto de pesquisa, mas que se constitui enquanto função imprescindível à compreensão da proposta de Casa Lar em questão, tenta garantir o cuidado às cuidadoras, pois “o bom trabalho deve ser pessoal, para que não seja cruel e torturante para a criança e a assistente. O trabalho só vale a pena ser feito se for pessoal e se aqueles que o estão realizando não forem sobrecarregados” (WINNICOTT, 2004, pg. 210).

O trabalho da cuidadora residente requer também que esta consiga fazer despertar na criança do seu lugar de pertencimento na Casa Lar, na comunidade da qual faz parte, promovendo uma socialização entre eles e, interação com os vizinhos e comunidade

escolar, promovendo direito a culto e à direção religiosa dentro dos anseios da criança e do adolescente, etc. É preciso ainda ter boa relação com a rede de saúde e demais políticas públicas locais, promovendo a pertença social, como um todo. A cuidadora, enquanto assume esse papel, sempre representará a criança e adolescente quando for demandada nestes espaços, na escola, na unidade de saúde, nas aulas e reuniões de pais e mestres, representando provisoriamente, este lugar de “mãe”.

Da mesma forma que acontece nos lares em geral – apontamos aqui a importância de uma discussão sobre a construção social de uma concepção de lares cujo centro está posto no papel e da responsabilidade da mulher, da mãe, conquanto não possamos desenvolver o argumento por sair do escopo da discussão que estamos promovendo (cf. BULCÃO, 2006) – a “mãe social”, e a sua forma de lidar com as questões e conflitos que surjam na casa, vão dar à cada casa, sua própria dinâmica:

os supervisores são estimulados a construir uma vida no lar e na comunidade dando o máximo suas aptidões e capacidades, e isso e estará de acordo com suas próprias crenças e modo de vida. Portanto, não há dois alojamentos idênticos” (WINNICOTT, 2004, pg. 77).

De fato, da mesma forma que Winnicott entendia os alojamentos que ele coordenava, cada Casa Lar terá suas especificidades já que cada sujeito que direciona a dinâmica da casa vai introduzir no cuidado sua forma de educar, sem que sua própria história de vida seja anulada por sua entrada nesse espaço. Mesmo com a capacitação e monitoramento semanal, a cuidadora fará a ambiência do lar de acordo também com seus gostos e também com características de identificação de cada membro morador da casa, bem como sua forma de coordenar a dinâmica cotidiana e de responder aos conflitos vai dar o tom aos relacionamentos ali desenvolvidos, dependendo especialmente dela, mas também dos outros moradores, que o ambiente seja acolhedor e tranquilo.

2.3. Analisando o conteúdo das entrevistas

Antes de iniciar a apresentação das análises realizadas, segue adiante uma tabela quanto às características pessoais e socioeconômicas das mulheres entrevistadas⁶, esta que será imediatamente seguida por uma breve apresentação de suas histórias de vida pessoais e familiares:

	Idade	Grau de instrução	Estado civil	Orientação religiosa	Filhos
Cuidadora 1	41	Ensino médio completo	Solteira (reside com a mãe)	Evangélica	Não
Cuidadora 2	29	3º grau incompleto	Solteira (reside com os pais)	Católica	Não
Cuidadora 3	32	3º grau completo - História	Solteira (reside com os pais)	Católica	Não
Cuidadora 4	49	3º grau incompleto/ técnica de enfermagem.	Casada	Católica e espírita	Sim
Cuidadora 5	40	Ensino médio completo	Solteira	Católica	Sim

As cinco cuidadoras entrevistadas são mulheres adultas que indicam prontamente seu desejo de cuidar, de contribuir com o desenvolvimento das crianças. A maioria delas é solteira e possui um histórico religioso, de envolvimento pessoal e profundo com a religião da qual é adepta. A maior parte delas, além de solteiras, vivem ainda com os pais ou com a mãe, como é o caso de uma delas, e a maioria não possui filhos, sendo que as que possuem,

⁶ Vale ressaltar que no processo de recrutamento e de seleção dessas mulheres, algumas exigências são feitas, tais quais a de que sejam mulheres adultas, sem filhos ou cuja prole não dependa mais delas para seu desenvolvimento e cuidado e a disponibilidade para “dormir” no ambiente de trabalho, devido à carga horária já indicada.

não são responsáveis por estes, seja porque já são maiores de idade, seja porque algum parente assume esse cuidado. Dentre as histórias pessoais contadas, a maior parte falou de forma muito sucinta sobre elas, indicando número de irmãos e contexto de vivência familiar e comunitária, sendo que poucas apontam alguns conflitos vividos.

Diante das análises realizadas às entrevistas, vislumbramos o lugar em que essas mulheres se percebem e a partir do qual percebem o mundo que as cerca (crianças, cuidado, instituição, rede de apoio, etc.) a partir de pontos fortes, que, ao serem compilados, são três, especialmente: os direitos de crianças e adolescentes, amor/carinho/acolhida, cuidado/suporte/apoio. Ressalte-se que a entrevista já marcava alguns desses pontos, que são desdobramentos das análises realizadas. Os eixos pré-definidos eram: percepção sobre o ser criança, percepção sobre cuidados, compreensão do que seja o lugar da criança, compreensão do que seja seu lugar de profissional, religiosidade e a motivação para assumir o trabalho de cuidadora. Devemos enfatizar que devido ao entrelaçamento das problemáticas, e a fim de não nos tornarmos assaz repetitivas, decidimos indicar os eixos e os pontos fortes ao longo da descrição das análises apresentadas em texto corrido, sem prejuízo no entanto de alguns apontamentos sistematizados em separado, como se verá a seguir.

Em primeiro lugar, verificamos que as histórias de vidas das cuidadoras nos direciona para o conceito que elas puderam formular sobre o valor de família, indicando assim o lugar em que ela também se coloca nesta família da qual é responsável. Enquanto uma das entrevistadas indica uma perda familiar precoce, apontando a partir disso todo um direcionamento singular dado à sua história, verificamos que outra dentre as entrevistadas viveu, em tenra infância, uma separação litigiosa e conflituosa entre os pais, enquanto outra ainda, por questões de saúde, precisou viver durante os primeiros anos da infância com os avós, sem contato contínuo com os pais. Logo, os dados que dispomos, é impossível produzir sentidos para cada uma dessas histórias, mas uma coisa é certa: cada uma dessas trajetórias promove, em cada uma das mulheres que as viveram, uma história e um olhar que as fazem direcionar seu trabalho e sua concepção de família e de cuidado de formas bastante singulares. A questão que fica é, portanto: de que forma elas trazem suas histórias para o cotidiano do trabalho e para o desenvolvimento dele junto às crianças? Adiantamos que essa pergunta permanecerá sem resposta, já que nenhuma delas colocou

essas questões pessoais explicitamente e sua fala não nos deu subsídios para formular uma resposta.

2.4. As cuidadoras: quem são e que cuidado oferecem?

As mulheres entrevistadas mostraram ter, em geral, um conhecimento – mesmo que vago – da legislação que sustenta seu trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente – e apontaram, quanto à garantia de direitos dos pequenos seres, que devem ser considerados sujeitos de direitos, com direito à saúde, escolarização, alimentação e de forma mais ampla, o seu direito a uma vida tranquila e confortável. Vale fazer notar que suas concepções sobre o “ser criança” e sobre os direitos que cabem àquelas, na totalidade das entrevistas, mostrou uma colagem com valores relacionados a “ser feliz”, “ter sonhos”, “viver o amor”, “brincar”, “ser ouvido”, “necessitar de carinho, afeto, amor e proteção”.

Neste ponto, vale lembrar de Ariès e de sua *História Social da Criança e da Família*, obra na qual apresentou uma análise histórica do lugar e da concepção da criança e da família ao longo da história ocidental, tendo como marco central a conclusão de que tais conceitos, e, portanto, tais entendimentos, foram construídos socialmente, começando a se constituir em meados do século XVII e só passando a existir da forma que hoje conhecemos a partir do que chamamos “modernidade”, ou seja, entre fins do século XVIII e século XIX (ARIÈS, 1981). A análise de Ariès é imprescindível para compreendermos os valores que depositamos na família e na criança, desconstruindo uma concepção eternizada e naturalizada desses lugares e papéis sociais; o que essas mulheres, nossas entrevistadas, fazem, não é senão reproduzir um olhar construído historicamente, seja quanto às crianças, alvo de seus cuidados, seja de seu papel, enquanto incorpora a função de “mãe”.

A maioria das entrevistadas também apontou o cuidado e a proteção devidas àquelas crianças e adolescentes (geralmente se marca mais o signo “criança” – acreditamos que esse seja um dado significativo mas cujo desenvolvimento foge ao escopo do trabalho aqui apresentado) como um contraponto às violências vividas por elas. Uma delas afirma: “vê-se claramente que a falta de família é a raiz de todos os males” (sic.), ressignificando assim uma fala imediatamente anterior que aponta que “ser criança é precisar de carinho,

proteção, cuidado. É ser livre para sonhar e ter esperança” (sic.) e produzindo maior relevância social e pessoal à sua própria importância e de seu trabalho. Essa tal esperança e esse “sonhar” que é bem marcado nas suas falas indica uma tentativa de rompimento com uma violência prévia e assim elas apontam o cuidado, sinônimo de amor e carinho, como uma solução em si mesma para a violação de direitos e para ajudar a garanti-los.

Neste ponto, é preciso esclarecer que não estamos negando a beleza e a possível efetividade dessa prática, conforme já mencionamos acima em nossos referenciais. A observação que fazemos aqui incide sobre o envolvimento emocional e afetivo dessas mulheres: até que ponto elas conseguem produzir um trabalho de garantia de direitos quando acreditam que *basta amar* os pequenos?

Assim, destaca-se aqui que elas acreditam e até resumem seu papel àquele da acolhida, que se confunde com o papel de mãe enquanto aquela que dá carinho e amor – além de educação moral. Esse lugar materno também lhes garante o papel de cuidar daqueles sob sua responsabilidade, surgindo nesse ponto conceitos como suporte, apoio. Chama a atenção que esses últimos são apresentados tanto enquanto algo que elas ofertam aos usuários quanto a algo que elas esperam institucionalmente, do seu gestor (embora chame a atenção que essa expectativa e o apontamento pela frustração dessa expectativa seja mais relegada ao convênio ou à prefeitura que ao seu empregador, a ONG – voltaremos a isso). Seu papel profissional e social, portanto, é o de garantir o bem-estar da criança e do adolescente, apoiá-los em seu desenvolvimento, coisa que só é feita mediante a acolhida dos sentimentos e afetos trazidos por eles.

Uma das cuidadoras entrevistadas aponta que as crianças são “frágeis em sua natureza” (sic.) mas duras devido à violência sofrida previamente, indicando com isso que carecem de apoio, carinho, compreensão e muita resiliência – a resiliência, diga-se de passagem, sendo a de quem cuida para sustentar esse lugar de apoio. Aqui fica claro esse lugar duplo do suporte: aquele que precisa ser dado à criança e ao adolescente com passado de violação e aquele do qual a cuidadora carece, afinal, ela precisa ser resiliente, ela precisa manter-se firme ao longo dos enfrentamentos cotidianos que precisam fazer. Mas o que parece uma demanda de cuidado feita de forma velada, se completa e se anula com a afirmação de que seu maior pagamento é ver as crianças sorrirem, vê-las tornarem-se felizes, esvaziando uma demanda de amor e cuidado por parte do seu empregador.

Queremos ainda colocar em questão, aqui, quais os critérios que essas mulheres adotam para vislumbrar a felicidade daquelas crianças. Mais do que isso, nos perguntamos, o que está em questão aqui? A transformação de um passado violento em um futuro feliz implica numa transformação real da vida daqueles seres humanos, agora sujeitos, autônomos, preparados para a vida social, ou nos diz algo sobre a necessidade dessas mulheres se sentirem úteis socialmente, empoderadas, afinal? O que isso nos diz sobre seu envolvimento afetivo na vida dessas crianças e adolescentes?

É evidente que sendo o trabalho um dos âmbitos de subjetivação humana e a partir do qual se busca reconhecimento social (CARRETEIRO, 2014), este vai ser apropriado pelas cuidadoras como um espaço de realização pessoal e social. O risco, no entanto, é adotar uma atitude salvacionista ou heroica e perder de vista as pequenas violências que se cometem em nome de seu narcisismo⁷. Uma das “mães” aponta que buscou esse trabalho com o intuito de “ajudar a realizar sonhos e a resgatar aquilo que muitos achariam impossível” (sic.); outra delas, reproduzindo um discurso da organização, se autodefine como “pessoa fundamental” (sic.) no cuidado àquelas crianças. Longe de querer desqualificar a importância central dessas profissionais na modalidade de cuidado aqui estudada (acima apontamos a estrutura desse cuidado e indicamos a centralidade do seu papel), continuamos questionando aqui o perigo do lugar que ocupam e dos discursos que se produzem por elas e para elas a fim de justificar os enfrentamentos geralmente tão sofridos e extasiantes. Ainda que acreditemos na importância da consideração de sua importância funcional, deixamos em aberta a questão sobre o que isso pode produzir em termos dos laços que se constituem entre elas e as crianças.

A religiosidade é outra pedra de toque. De um total de cinco entrevistadas, três delas tiveram uma experiência religiosa anterior e parecem associar o cuidado a ser ofertado com alguma obrigação moral e religiosa a elas creditada, embora não o façam explicitamente. De forma geral, no entanto, a referência implícita nos parece mais preocupante, porque age sem que fiquem claras as motivações reais. Os valores morais trazidos pela religião parecem se impor ao seu papel de educadoras (de “mães”), quando

⁷ Freud explica o narcisismo como sendo uma fase do desenvolvimento de todo e qualquer ser humano, momento em que ele vive sob a impressão de que é o único objeto de amor e de cuidado dos pais, ensejando a famosa expressão cunhada pelo autor: “sua majestade, o bebê”. Com o tempo, no entanto, o sujeito vai se constituindo como tal sob a exigência de abrir mão de sua onipotência, de repressão dos seus desejos em prol de uma realidade, da vida social, desejando sempre e inconscientemente, retornar àquele momento narcísico (FREUD, 2010), o que certamente, no caso em tela, promove um esforço de reconhecimento e amor não apenas pela organização empregadora, mas especialmente pelas crianças, seus “filhos sociais”.

são instadas a cuidar do desenvolvimento moral das crianças sob sua tutela. As outras duas entrevistadas também indicam relação próxima com religiões, mas no seu discurso não fica clara a interferência que essas inclinações religiosas possam oferecer ao cuidado ofertado.

A motivação para assumir a função que hoje encarnam não se esgota no desejo de realização pessoal diante do desenvolvimento do outro, no entanto. Saltou aos olhos das entrevistadoras o lugar engrandecido que deram à sua empregadora, a ONG, ressaltando sua missão, seus objetivos e seu compromisso social. Como se fosse uma defesa diante da falibilidade e impotência da organização que as representa, todas as falhas foram colocadas na conta do convênio e da prefeitura, esses sim responsáveis pelos déficits financeiros e pela precariedade a elas imposta para a realização do trabalho.

A instituição foi caracterizada como “séria” e foi marcada pela sua legitimidade internacional, pelo serviço que presta há décadas às crianças, adolescentes e jovens no Brasil e no mundo, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e cujo objetivo é o de salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes. Uma das entrevistadas fala: “*a instituição da qual faço parte é séria, comprometida com a causa da criança, dos jovens e dos adolescentes foi criada por um homem íntegro, visionário e sobretudo humano. Tem um papel de desenvolver jovens adolescentes e crianças, num ambiente acolhedor, num lar com afeto, amor. A instituição serve a sociedade*” (sic.)⁸.

Os problemas, aparentemente em sua totalidade, advêm do “recurso que nunca chega na hora certa” (sic.). Outra cuidadora entrevistada indica, quanto à instituição para a qual trabalha que é: “*séria, cujo objetivo principal é salvaguardar os direitos das CAJ que estão estabelecidos no ECA, cumprindo o papel social de fortalecimento de vínculos, e acolhimento institucional*” (sic.). Aponta com grande convicção que a instituição serve às crianças e logo adiante aponta o convênio como fator de engessamento do serviço.

Longe de uma tentativa de desqualificar a avaliação dessas mulheres quanto à origem principal das falhas e dos entraves enfrentados por elas no dia-a-dia do trabalho, vale destacar que tal engrandecimento institucional que elas promovem à organização que

⁸ A título de notação, apontamos que em livro intitulado “Organizações em Análise”, Enriquez trata das dimensões organizacionais e a primeira apontada por ele é a dimensão mítica, a partir da qual ele defende ser necessário à vida social e organizacional a existência anterior de um mito fundador, que dê sentido ao dia-a-dia, que ajude a produzir os laços sociais dentro de modelos e comportamentos esperados. Diz, finalmente, que as organizações querem pessoas que se comportem como heróis, e para isso, o mito se converte em lenda, construindo uma figura exemplar e ideal como é a de um dos fundadores que se comportam como seres excepcionais, como exemplo a ser incorporado, interiorizado (ENRIQUEZ, 1997, pg.51)

as contrata é cobrado pela obrigação velada de que essas mulheres mostrem sua implicação no trabalho, “vestindo a camisa da organização”, dado comum nas organizações atuais, inclusive assumindo o seu fundador como um totem, figura mítica a cujos passos devem seguir (cf. ENRIQUEZ, 1997), fazendo, assim, com que seu valor lhes pareça maior, já que representam uma empresa cujo objetivo social é elevado, e assim escondem a faceta do que não funciona bem, trazendo nessa obrigação de implicação subjetiva à empresa e ao empreendimento, que elas maquiem e cubram as falhas, ignorem as dificuldades, estas que acabam transparecendo e transbordando quando já atingiram um alto grau de complexidade e, então, quando não for possível esconder, encontrar um terceiro culpado, externo, e que não desestabilize a organização, e assim, o seu autorreferenciamento.

Conforme já fora indicado, essa discussão extrapola o escopo do trabalho que ora apresentamos e não cabe maiores considerações. O que é possível pinçar destas colocações, é que há sentimentos que não encontram vazão e expressão, especialmente diante da demanda de responsabilização por um trabalho de tão grande relevância, esta aumentada exponencialmente conforme o público pelo qual essas mulheres são responsáveis, cuja tutela é da organização que lhes confia o trabalho, tanto quanto porque elas estão submetidas constantemente a avaliações, seja do corpo técnico que supervisiona seu trabalho, seja da organização que lhe cobra a aplicação da formação que lhes é concedida, seja ainda por parte do judiciário que decide acerca do destino das crianças e acompanha o cuidado a elas enquanto precisam permanecer acolhidas na instituição.

Conforme indicamos acima, as pesquisadoras, diretamente envolvidas no serviço aqui investigado, não poderiam se furtar quanto à sua implicação ética e profissional com o trabalho desenvolvido, bem como não poderiam negar que suas experiências cotidianas participam de sua análise, não apenas como um segundo plano, mas também como um tradutor, como uma referência, ao seu entendimento do que foi colhido. Apesar da fala bem organizada e reproduzida das cuidadoras (vale destacar a repetição de falas “politicamente corretas” que muito encobriram os valores pessoais de cada uma das entrevistadas), é preciso dar destaque às nossas observações cotidianas, já esta aponta furos nesses discursos: fica clara uma concepção velada de que os “meninos de abrigo” são mal-educados, – e até uma biologização “maldita”, implicando a hereditariedade que, embora desconhecida, seja necessariamente “inferior” – bem como é visível a colagem de um

estigma de problemáticos e incapazes, despotencializando o trabalho desenvolvido ao tempo em que é tirada a potência de desenvolvimento pessoal das crianças e adolescentes.

Diante do que foi posto, como também de tamanha pressão sofrida pelas cuidadoras, estas parecem demandar tanto ou mais cuidado que as crianças e adolescentes a quem elas se propõem a cuidar. Como, então, manejar as dificuldades enfrentadas e evitar uma colagem entre as histórias de vida das cuidadoras e daqueles de quem elas cuidam? Como preservar as crianças e adolescentes de um cuidado que tenha aquelas marcas da tutela que indicamos no início do nosso trabalho?

CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO

3.1. Apresentação

As casas lares para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, são destinadas àqueles que, por conta da exposição a fatores de vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais, precisam ser afastados do convívio familiar e comunitário sendo colocados em medida protetiva, sendo seu público alvo preferencial os grupos de irmãos, evitando assim o desmembramento destes, e crianças e adolescentes destituídas do poder familiar e cuja permanência esteja se prolongando por diversas questões e fatores.

O que se almeja com o reordenamento dos serviços de acolhimento, haja vista que a demanda que atualmente hoje vem dos abrigos (falamos aqui da realidade local, nosso recorte, nosso campo), possam vir da casa de passagem, após avaliação técnica segundo estes e outros perfis que justifiquem a Casa Lar como sendo a melhor alternativa de acolhida da criança e do adolescente; por isso, o trabalho deverá ser feito em conjunto com as equipes técnicas das casas lares.

Como já foi descrito acima, as casas lares percorreram um longo período de amadurecimento entre os gestores municipais, órgão de defesa dos direitos da criança e do adolescente e Aldeias Infantis SOS Brasil. Assim, a abertura da primeira casa lar, ocorreu em 10 de setembro de 2014, após 3 anos de estudos e avaliação dos referidos. Desde então, ocorreram capacitações tanto para os técnicos composta por uma equipe híbrida, quanto das cuidadoras residentes e substitutas, assim como das educadoras sociais da secretaria municipal da família e da assistência social.

O trabalho desenvolvido detém rebatimento na vida das crianças e adolescentes assistidas no serviço, logo de suma importância que este trabalho proporcione profissionais qualificados, imbuídos de saber prático, teórico e de constante repensar de sua *praxis*, a capacitação deve ser continuada e reavaliada, assim como os resultados devem ser avaliados, considerando os diversos fatores que proporcionaram tais resultados.

Diante das demandas apresentadas nos roteiros de entrevista, as pesquisadoras e também técnicas do serviço de acolhimento, modalidade casa lar e enquanto co-responsáveis pelo suporte técnico às cuidadoras e responsáveis pela capacitação continuada, atribuição também partilhada com a profissional ADFC – a qual tem contato direto com as cuidadoras residentes e a fim de dar-lhes suporte, deve avaliar e direcionar o serviço, para que este não possibilite situações de revitimização, exclusão ou violações emergentes- que se apresentam no cotidiano do trabalho.

Finalmente verificamos, que as cuidadoras, embora demonstram afeto pelas crianças e adolescentes acolhidas nas casas, por razões culturais e de percepção, conforme suas histórias de vida, refletem no seu fazer profissional vivências e ideais do senso comum o que por vezes desconsideram alguns fatores que podem recorrer e comprometer a vida dos que são cuidados por elas. Além disso, vale destacar o que já foi posto no diagnóstico, que devido à organização de seu trabalho, seja em termos da carga horária intermitente, seja devido ao grande envolvimento afetivo necessário à sua realização, se torna difícil por vezes distinguir o pessoal do profissional e, sub-repticiamente, elas nos fazem uma demanda que, se bem interpretada, é uma demanda de amor e cuidado, tal qual aquela que lhes fazem as crianças e adolescentes.

Identificamos que a compreensão sobre o que seja rede de atendimento e percepção da parte delas, as colocam como não pertencente à rede. Ao notar isso, as pesquisadoras pretendem buscar reforçar o que estabelecem as *Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento Institucional* no que concerne às atribuições dos técnicos para com o cuidado com as cuidadoras/educadoras, sendo para além do suporte nos momentos de urgência e emergência na casa, ou nos estudos de caso, mas buscando agregar e proporcionar espaços de diálogos e estreitamento e fortalecimento dos vínculos entre toda a equipe, para que assim possa se abrir com mais tranquilidade sobre suas limitações, medos e dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho e para que de fato possam ver nos técnicos suporte e não alguém que limite ou questione seu fazer.

Assim, acreditamos que permitiremos a elas se sentir seguras e confiantes ao transmitir os acontecimentos ocorridos na casa e suas formas de intervir. O plano de intervenção tem como proposta uma ação de cunho interventivo, informativo e enquanto espaço de diálogo e estreitamento das relações, vislumbrando orientar as cuidadoras sobre o rebatimento do seu trabalho na vida dos infantes e jovens, a rede a qual pode recorrer e

ter como parceira e tendo como objetivo implícito a resposta à sua demanda não dita, a de cuidado também a elas.

Compreendemos, por fim, que mesmo havendo o mapeamento prévio da rede local, após a implantação das casas no bairro, se faz necessário que os componentes da rede de atendimento e proteção possam reconhecer o papel e a figura daquela mulher no serviço e na vida das crianças de uma forma que rompa estigmas e se facilite o acesso das crianças na rede sem expor sua situação enquanto protegidos pelo estado.

3.2. Justificativa

Partindo do entendimento a respeito do que seja o fazer de uma cuidadora residente ou “mãe social”, dentro da casa lar, e do que preveem as normativas legais, presente na construção histórica dos direitos sociais que encontramos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 posteriormente reafirmado na lei específica voltada para crianças e adolescentes (ECA). No que tange à medida de proteção em unidades de acolhimento encontra-se estabelecida no art. 101, § 1º onde se lê que “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL,1990).

A casa Lar de fato só se assemelhará a um lar para crianças afastadas do seu lar de origem (porque ainda que atinja o ideal pensado, nunca será de fato comparável ao ambiente familiar, já que tem, inevitavelmente, um viés institucional), se o trabalho for de fato bem compreendido pelo sistema de garantia de direitos e principalmente por toda equipe que assiste e acompanha a vida destes.

Após análise dos dados trazidos nas entrevistas, as pesquisadoras entenderam pela reavaliação de temáticas nas capacitações continuadas das cuidadoras. Visto que nos estudos e nas capacitações que ocorrem todas as quartas feiras, elas sempre trazem algumas inquietações, desde a demora processual e a permanência muitas vezes injustificada das crianças e adolescentes na casa, como o não envolvimento ou procura dos

familiares pelos seus. E pensar no cuidado para tais crianças, adolescentes e jovens, requer primeiramente pensar no bem estar dos que cuidam deles, como se encontram nas suas relações de trabalho, familiares, com a rede que atende a criança e adolescente, nas relações com a equipe técnica e logo nas relações com as próprias crianças e adolescentes.

Reiteramos, portanto, que todos os profissionais que compõem esta nova modalidade de acolhimento precisam ter para si claramente o que seja não somente o termo acolher, mas a forma de fazê-lo na prática cotidiana. O universo infanto-juvenil, está constantemente permeado de especificidades, cada um como sua conjuntura familiar e comunitária própria; assim, cada ator a percebe e vivencia de forma diversa, mesmo que por vezes tais formas se assemelhem, visto que cada caso é um caso na sua particularidade, singularidade.

O cuidado não é somente aqueles básicos de higiene, mas tudo que permeia a garantia e efetivação de crianças e adolescentes em medida protetiva e sujeitos de direitos (incluindo os cuidados subjetivos, o investimento no lúdico e nos processos educativos em geral), as pesquisadoras buscaram vislumbrar uma intervenção junto às cuidadoras, através do diagnóstico que adveio dos roteiros de entrevista, que pudesse ser efetivo e responder a demandas colocadas por elas.

Assim, na proposta a ser colocada adiante, esperamos que assim elas possam se perceber não somente como cuidadoras – e, assim, como “mães” – mas como efetivadoras de direitos e como parte do sistema de garantia de direitos, articuladora da rede local através de sua prática diária, quando buscam seus serviços e se apresentam enquanto figura de referência de uma casa com uma composição familiar diversa e que precisa de suporte no que concerne à agilidade nos processos de serviços públicos disponibilizados pelas políticas públicas locais, acesso a educação, saúde, esporte, lazer e benefícios sociais a fim de que não se produza um processo de revitimização dos seres em desenvolvimento.

Isto posto, as pesquisadoras se utilizarão do espaço já garantido institucionalmente, qual seja o momento das capacitações das quartas-feiras, reafirmando o lugar de técnico de referência para o serviço e para elas, sendo o suporte no que tange às orientações e encaminhamentos necessários. Esclarecendo melhor, focaremos no trabalho de apresentação e articulação com a rede socioassistencial e de garantias de direitos como forma de atender a sua demanda, já que, ainda que não tenha sido colocado de forma explícita, seu desamparo – e sua carência por cuidado – se apresentou com mais clareza em

seu confesso desconhecimento do funcionamento da rede e sua dificuldade em acessá-la. Levando em consideração que as atribuições destes profissionais, assim como dos cuidadores estão legitimados e estabelecidos pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB/RH (BRASIL, 2005), e pelas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2008), visto que todos envolvidos são parte da equipe de trabalhadores desta modalidade e serviços, logo responsáveis pelo bom andamento deste, são as cuidadoras que se fazem presente no cotidiano e vivência dentro da casa lar, sendo referencia para os acolhidos.

O (a) cuidador (a) / educadora (a) deve ter clareza quanto a seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, “apossar-se” da criança ou do adolescente, competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta. (BRASIL, 2008).

A opção por se abordar e intervir nessa orientação não só está tipificada, mas foi identificada no diagnóstico a necessidade de apresentar a rede para estas, assim como verificar outras demandas e dificuldades que possam estar enfrentando para se perceberem enquanto rede de proteção e atendimento. Além do roteiro de entrevista, foi preciso realizar uma observação sistemática. Constatamos que elas sabem quais são suas atribuições, muito embora nem sempre as coloquem em prática por diversas razões, bem como avaliamos que elas também entendem a equipe técnica como pessoas que reprimem desejos e atos que elas acreditam que deveriam ser permitidos, mas que requer um olhar para além do que está posto, considerando os fatores de risco e de proteção de cada ação. Compreendemos que se reconhecer enquanto rede e as atribuições de cada um, permitirá que o trabalho possua menos entraves sempre que um serviço da política pública for demandado, sendo elas enquanto cuidadoras de crianças e adolescentes sendo legitimadas e reconhecida por esta rede. Ao receberem suporte institucional e afetivo, fazendo-as ganhar maior segurança e podendo se apropriar do seu lugar de cuidado dentro de uma rede articulada, acreditamos que seu olhar pode, progressivamente, se desinstitucionalizar, seja em termos do olhar que lançam às crianças e adolescentes, seja em termos do olhar que lançam às profissionais técnicas, já que o lugar que lhes (nos) coloca hoje, parece impedir uma comunicação fluida e um trabalho contínuo e seguro.

Estas profissionais precisam ser lembradas que de fato possuem um lugar de poder e de referência por estarem mais próximas da CAJ, já que são elas que também fazem e norteiam o fazer dos técnicos, conquanto tal lugar precisa ser assumido com responsabilidade e coerência. Vale indicar ainda que seu lugar central na modalidade ainda se apresenta em outros quesitos. Os estudos de casos são feitos com base não apenas nos atendimentos às CAJ, mas especialmente levando em consideração suas avaliações, evoluções, demandas e intervenções, sejam as já realizadas, sejam as possibilidades de intervir. Elas ainda participam de forma indireta das informações que constam no corpo do Plano Individual de Atendimento (PIA), já que são elas que, após o mapeamento e abertura da casa, com a chegada da CAJ, farão o contato com a unidade de saúde e educação, só havendo a intervenção técnica quando se apresentam empecilhos desta ordem (note-se que essa dinâmica tenta favorecer a desinstitucionalização).

Dessa forma, o plano de intervenção pretende causar uma reflexão-ação sobre o lugar dessa cuidadora na vida das crianças e adolescentes, pessoa de referência e seu lugar especialmente enquanto parte da rede de atenção e atendimento, enquanto responsável pelo bem estar direto no cotidiano. Nesta intervenção, elas poderão, em segundo plano, refletir acerca da medida de acolhimento, bem como a importância de cada componente da equipe na efetivação dos direitos integrais de crianças e adolescentes.

3.3. Público-alvo:

Cuidadoras da modalidade de acolhimento institucional “Casa Lar” em Aracaju, Sergipe.

3.4. Objetivos

3.4.1. Geral:

Possibilitar a reflexão sobre o lugar da cuidadora enquanto referência do cuidado com a criança e o adolescente e suas relações com a rede de atendimento.

3.4.2 Específicos:

- Socializar as informações das dificuldades encontradas quando se busca adentrar os serviços da rede;
- Contribuir para a melhoria das relações interpessoais entre cuidadores e crianças acolhidas;
- Promover uma reflexão quanto a suas atribuições no que concerne à educação/cuidados das crianças institucionalizadas.

3.5. Metas

O projeto deverá atingir 85% de participação do público-alvo, produzindo efeitos de médio a longo em termos, primeiramente, de autorreconhecimento enquanto referência no processo de ressignificação das histórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos e de transformação nas relações intersetoriais entre elas, as cuidadoras, e a rede de atendimento, repercutindo na efetivação dos direitos das crianças acolhidas.

3.6. Procedimentos metodológicos e operacionais

O projeto será desenvolvido em dois momentos: o primeiro acontecerá na segunda semana de fevereiro de 2016, através de participação nas reuniões e capacitações que ocorrem às quartas-feiras, na perspectiva de identificar as principais fragilidades nas relações entre técnicos e cuidadoras, para assim melhor formular a forma de intervenção e buscar fortalecer e ir estabelecendo lugar no fazer profissional enquanto equipe.

O segundo momento será distribuído, a princípio, nas quatro quartas feiras seguintes (durante o mês de março de 2016), já que é o dia no qual elas estão em formação e são liberadas nas tardes das atividades cotidianas na casa, assumindo tal responsabilidade, nesse momento, a cuidadora de suporte contratada pela PMA.

Como se vê, na proposta aqui indicada, o diagnóstico nunca se fecha. Estando sempre em construção, impõe uma dificuldade adicional no sentido de fechar um planejamento quanto à intervenção e por isso o deixamos propositalmente em aberto. O que se intenta fazer, contudo, são atividades que promovam o vínculo entre a equipe, sanando assim a demanda por cuidado feita pelas cuidadoras, contribuindo com o aumento de suas capacidades e possibilidades de oferecer esse cuidado.

Realizaremos reuniões, dinâmicas de grupo (contando com todas as fases: aquecimento, desenvolvimento e *feedback*), rodas de conversa, garantindo a confiabilidade e a liberdade de expressão e ação mediante pactuação de regras básicas de sigilo das informações circuladas ali. Planejaremos visitas orientadas com as cuidadoras à rede e ao Sistema de Garantia de Direitos, posteriormente realizando palestras, afunilando ainda mais as demandas já feitas e as que porventura sejam levantadas nesse processo de intervenção, havendo possibilidade de um momento mais descontraído – conquanto ainda reflexivo – com a apresentação de filmes, vislumbrando a reflexão de conteúdos quanto à história dos direitos infanto-juvenis, à institucionalização, dentre outros.

Destacaremos para elas as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento e as atribuições dos cuidadores na Unidade de Acolhimento na modalidade casa lar, assim como as competências da equipe técnica. Finalizaremos com uma planilha (que será produzido ao longo da intervenção) sobre as ideias suscitadas, destacando os pontos positivos e negativos dessa intervenção, assim como a possibilidade de continuidade e com o levantamento de temas sugeridos por elas.

3.7. Avaliação

A avaliação do presente projeto de intervenção dar-se-á a partir da tabela/planilha com os pontos positivos, negativos e sugestões, em que foram levantados dados quantitativos e qualitativos da intervenção. Será considerada a participação dos envolvidos em cada etapa, assim como as colocações nestes momentos. Havendo demonstração de satisfação ou insatisfação, estas serão destacadas, assim como falas das cuidadoras sobre o desejo em colocar em prática o conhecimento agregado e apreendido. Utilizaremos um

questionário de avaliação, e a planilha de resultados obtidos com dados positivos ou negativos. As pesquisadoras e técnicas não pretendem interferir diretamente na formação destas, pois estas já ocorrem, mas sim preencher lacunas identificadas no diagnóstico realizado a partir das entrevistas e da observação realizada, corroborando, destarte, com um trabalho que já é realizado.

3.8 Recursos

3.8.1. Humanos

- 01 Assistente Social;

- 01 Psicóloga;

3.8.2. Materiais

- Notebook

- Data show

- DVD

- Bloco de anotações

- Cartolinas

- Canetas

- Papel madeira

- Papel A4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas devem ser instrumentos de efetivação de direitos, espaços de construção coletiva e com diversos representantes da sociedade civil. Estas possibilitam tanto o acesso aos bens e serviços como trazem um panorama para análise de dados da sociedade, para que esses dados se transformem em ações de aprimoramento e melhorias da classe mais vulnerabilizada pela desigualdade social e econômica, gerada pela distribuição de renda desigual.

As políticas públicas trazem, em sua maioria, uma excelente proposta de enfrentamento às diversas situações de risco vivenciadas pela população, inclusive para as famílias que tem seus filhos em medida protetiva. Verificamos, contudo, que estas possuem caráter compensatório, à qual jamais serão dadas condições de sanar o mal que alimenta a dependência política, social e econômica do país, a questão social.

A educação formal sem dúvida é o norteador de vidas, assim como a educação estabelecida nos diversos âmbitos familiares, seja este da família de origem ou provisória (casa lar), ou ainda com a família substituta. Não podemos nos furtar em reconhecer que os educadores e cuidadores, assim como os professores em geral, foram formados em uma cultura de repressão e discriminação, logo, redesenhar um novo fazer requer investimentos seja em recursos orçamentários seja na capacitação dos recursos humanos, assim como um olhar inovador dos que estão envolvidos diretamente na formulação de políticas públicas e, principalmente, dos gestores estaduais e municipais, pois investir em modular profissionais requer que os gestores e governantes priorizem de fato as questões que permeiam a família, as crianças e jovens.

Um fazer democrático respeita a diversidade, respeita o local que cada um ocupa e as características peculiares de cada um. Para preparar futuros cidadãos é mister se permitir escutá-los, caso contrário, continuaremos fazendo políticas públicas dentro do olhar minimizado e não sentido e efetivo de fato. E para que seja possível escutar e acolher de fato o que demandam as crianças e adolescentes, é preciso preparar os profissionais para suportar e sustentar tal escuta, a fim de que o cuidado oferecido esteja de acordo com a demanda recebida.

O trabalho que acabamos de apresentar faz um esforço no sentido de produzir uma inteligibilidade acerca deste papel da cuidadora, mãe social, e o faz pela apresentação dos riscos associados a uma oferta de cuidado que, ao invés de acolher as demandas, as reprima, que ao invés de potencializar o olhar e as ações, tire delas sua potência, que ao invés de produzir autonomia, produza heteronomia e submissão irrefletida. Por fim, e especialmente, quisemos mostrar os efeitos danosos relativos à institucionalização, esta que, viemos destacando ao longo do texto, não está restrita aos muros da instituição, mas se desdobram e reverberam no olhar que é lançado à criança e ao adolescente, no cuidado oferecido e na construção subjetiva desses sujeitos em desenvolvimento.

Partimos de uma experiência prática e em andamento, conquanto ainda muito recente e em construção – o que nos faz crer de que seja o momento mais propício a uma intervenção que se queira efetiva. As Casas Lares em Aracaju ainda não possuem sequer dois anos, e apesar de se apropriar de uma experiência prévia da ONG que executa seu serviço junto à Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, tal articulação modifica radicalmente a estrutura, a implantação e a dinâmica de funcionamento das casas, exigindo cautela e muito estudo a fim de refletir a execução do serviço.

Nesta experiência, participamos de toda a transição: seja da chegada das novas cuidadoras (mães sociais) – e às vezes da contratação delas – seja da chegada das crianças e adolescentes, transferidos de abrigos institucionais do município. As cuidadoras da prefeitura também chegaram transferidas do abrigo: havia uma expectativa muito institucionalizada a respeito do comportamento dos usuários ao mesmo tempo em que eles, há muito institucionalizados, também precisavam desinstitucionalizar suas formas de ver e viver o mundo. As cuidadoras, contratadas pela ONG, que não vinham dessas experiências, pareciam as figuras mais adequadas para implementar uma dinâmica nova.

A questão central enfrentada por este estudo foi procurar saber se as cuidadoras de fato apresentaram um novo olhar para as crianças e, conforme nossa hipótese suspeitava, elas também traziam muitos estigmas em seu olhar, às vezes absorvidos pelo discurso das cuidadoras que vieram dos abrigos (profissionais que foram lotados na casa lar para dar suporte à cuidadora residente), às vezes apenas indicando preconceitos e estigmas que têm sido construídos ao longo de décadas em relação a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. As más impressões vêm desde a expectativa do que seria uma espécie de “hereditariedade negativa”, já que as suas famílias de origem foram afastadas

por seu caráter violento, a uma compreensão da agressividade testemunhada dentre crianças e adolescentes enquanto efeito da violência sofrida por elas em tenra idade. Suspeitamos ainda que há, dentre as cuidadoras, até mesmo sentimentos mal expressados e mal compreendidos de piedade e de raiva, desenvolvimento tal que não cabe ser feito aqui.

A intervenção proposta, embora simples, pretende atacar o problema identificado por duas vias, ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, quer responder a uma demanda implícita colocada pelas entrevistadas, qual seja a de que elas, assim como as crianças e adolescentes que acolhem, também precisam ser cuidadas, implicando aí em uma demanda de atenção e cuidado aos seus sentimentos e dificuldades enfrentadas. Em segundo lugar, notamos certa insegurança quando questionadas sobre a rede socioassistencial e ainda mostraram não saber como articular esta – para além de um sucateamento geral da rede de atendimento socioassistencial e de garantias de direitos, elas indicaram não compreender seu papel e não saber lidar com os diversos órgãos e serviços – e resolvemos acolher essa demanda e apresentar a rede e pensar junto com elas estratégias de articulação e de gerenciamento das demandas dos pequenos moradores.

Conforme indicamos no início dessas considerações, compreendemos que vivemos e trabalhamos sobre uma conjuntura político-social cada vez mais delicada, em que a produção de violência institucional se inicia na falta de garantia de direitos à grande parte da população que é posta à margem e sobre a qual se lançam sentimentos e olhares nem sempre positivos e capazes de contribuir com seu desenvolvimento. O trabalho em políticas públicas se faz dentro de uma dimensão micro, tentando produzir uma rede de suporte que contribua com o desenvolvimento e com a conquista de autonomia e de cidadania do maior número de pessoas institucionalizadas (aqui no sentido de vinculadas a instituições sociais).

Entendemos, finalmente, que se trata de seres em desenvolvimento, o seu cuidado exige maior sensibilidade e melhor preparação, e por isso defendemos aqui que o trabalho de desenvolvimento dessas mulheres que assumem provisoriamente o lugar de suas mães, ou seja, de seu referência social e afetiva, é extremamente importante e potente. Esperamos que o levantamento feito possa não apenas mobilizar a nossa intervenção, que pode ser esta proposta e pode ser repensada e reconstruída, mas que ele possa também mobilizar a reflexão e a ação de outros atores sociais que, assim como nós, lidam com políticas públicas de garantia de direitos infanto-juvenis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família** (1975). Tradução de Dora Flaksman, Segunda Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARRUS-MICHEL, Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LÉVY, André. **Dicionário de Psicossociologia**. Lisboa: Climepsi Editores, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005. Brasília: 2005.

_____. **Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional**. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), 2008.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009

_____. **Relatório da Infância e da Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e Saúde Mental**. Coleção Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

BULCÃO, Irene. **Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância: Psicologia e Ações do Estado**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2006.

CARRETEIRO, Teresa. **A escolha da função pública como campo de emprego para jovens adultos**. In Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 17, n. spe.1 (pp.85-96), São Paulo: USP, 2014.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1986.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud [ESB]**, vol. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre o Narcisismo (1914). In: **Obras completas**, vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

_____. **Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada** (1963). Coletivo Sabotagem, 2004.

PIAJET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do Governo: A Formação da Identidade Criminosa em Crianças Órfãs e Abandonadas**. São Paulo: Ática, 1998.

SZASZ, Thomas. **Cruel Compaixão**. São Paulo: Papyrus, 1994.

WINNICOTT, Donald. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
“ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção **AS NUANCES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O LUGAR DAS CUIDADORAS: UM ESTUDO DE CASO**, que será realizado nas Casas Lares para Crianças e Adolescentes do Município de Aracaju, em trabalho vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre o entendimento e as formas de cuidado das “mães sociais”. As pesquisadoras responsáveis pelo projeto, CAROLINA SOUZA e JOELMA ANJOS, sob orientação da profa. ADRIANE DAMASCENA, pedem autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se a Sra. concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema de garantia de direitos na cidade de Aracaju.

Se depois de participar da entrevista, a Sra. não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, a Sra. poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo telefone (79)91364562 e _____ ou pelo e-mail: carolinarodriguesalves@gmail.com_____.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

Assinatura d(a) participante

_____-_____-_____
Data

Pesquisador(a)